



## FUNDOS EUROPEUS

# PRR tem mais de 400 contabilistas e ROC para controlar investimentos no terreno

“Nunca vi um programa com tanto **escrutínio, controlo e transparência** como o PRR”, diz Fernando Alfaiate

JOANA NUNES MATEUS

A entidade gestora do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) — a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) — conta, neste momento, com uma bolsa de 337 contabilistas certificados mais 81 revisores oficiais de contas (ROC) para controlar os investimentos apoiados pelos fundos da ‘bazuca’ europeia.

Na sequência dos protocolos de colaboração celebrados em 2021 com as Ordens dos Contabilistas Certificados e dos ROC, são mais de quatro centenas os profissionais a quem a EMRP pode recorrer no âmbito das ações de acompanhamento que visam proteger os interesses financeiros da União Europeia, designadamente no que respeita à prevenção, deteção e correção de situações de fraude, corrupção, conflito de interesses e duplo financiamento.

“Estamos a fazer tudo o que está previsto na regulamentação comunitária para salvaguardar a boa aplicação dos fundos do PRR”, diz o presidente da EMRP, Fernando Alfaiate. “O nosso objetivo é apresentar boas contas: aos portugueses, em primeiro lu-

gar, e às autoridades nacionais e comunitárias.” E confirma que o PRR poderá bater à porta de todo o tipo de beneficiários públicos e privados, incluindo uma amostra das dezenas de milhares de famílias que concorreram ao Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis (PAE+S) para mudarem janelas ou investirem em painéis fotovoltaicos, bombas de calor e outras obras em casa.

“É um exemplo das verificações que vão ser intensificadas com a visita dos nossos gestores de investimento, acompanhados por profissionais de auditoria e controlo de contas: contabilistas certificados e ROC”, diz Fernando Alfaiate. Faz questão de clarificar que o controlo não começa agora. “Desde o início que o estamos a fazer”, “já foram feitas verificações”, repetiu e insistiu ao longo da conversa com o Expresso.

## CAC e touradas

Segundo o Manual de Procedimentos da EMRP, é elaborado um plano de ações de controlo anual, incluindo no local, para garantir a confirmação real do investimento e assegurar que o objeto financiado (obra,



Fernando Alfaiate, presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal FOTO NUUNO FOX

equipamento ou bem) se encontra afeto ao fim para o qual foi financiado.

Num evento promovido a semana passada com a Ordem dos Contabilistas Certificados, a coordenadora da EMRP, Conceição Carvalho, explicou que a direção dos trabalhos é obrigatoriamente levada a cabo pelos técnicos da EMRP e que os parceiros contabilistas tive-

ram de passar por uma prova de avaliação de conhecimentos para integrarem a bolsa. Apresentaram proposta 50 dos 133 contabilistas que tiveram uma nota superior a 75% na prova. Em curso estão os procedimentos para a adjudicação dos seus serviços para ações de supervisão e acompanhamento: “Estamos mesmo numa fase muito final deste procedimento, para

que se inicie muito em breve esta parceria no terreno.”

“Da experiência que tenho na gestão dos fundos — e já lá vão 30 anos — nunca vi um programa de fundos europeus com tanto escrutínio, controlo e transparência como o PRR”, acrescentou Fernando Alfaiate a propósito das mais recentes notícias em torno da ‘bazuca’ europeia.

É o caso da polémica em relação ao parecer da Comissão de Auditoria e Controlo (CAC) — presidida pelo inspetor-geral das Finanças — que antecedeu o último pedido de pagamento a Bruxelas. Fernando Alfaiate garante que “não há nenhum marco ou meta que seja dado por cumprido se não houver verificação no terreno das nossas equipas”, que “quem analisa o cumprimento dos marcos e metas é a Comissão Europeia” e que os auditores de Bruxelas “vêm cá”. Quanto ao parecer da CAC, clarifica que “só está previsto na regulamentação nacional, não está na comunitária”, e a EMRP está a responder às recomendações nele contidas.

Outra polémica ligou os gastos em eventos tauromáquicos do autarquia de Alcochete aos fundos do PRR para comunidades desfavorecidas. “O beneficiário não chegou a apresentar essa despesa para reembolso”, diz o presidente da EMRP. “Foi feita uma verificação administrativa e informada a entidade gestora dessa medida do PRR — a Área Metropolitana de Lisboa — para comunicar ao beneficiário final — a Câmara de Alcochete — que essa despesa não seria paga pelo PRR.”

economia@expresso.imprensa.pt